



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 575/26

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:".

Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994 – Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.

Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências.

Lei Federal nº 11.433, de 28 de dezembro de 2006 – Dispõe sobre o Dia Nacional do Idoso.

Lei Federal nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010 – Institui o Fundo Nacional do Idoso e autoriza deduzir do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas as doações efetuadas aos Fundos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso; e altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

Lei Federal nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013 – Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória nº 2.208, de 17 de agosto de 2001.

Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Lei Federal nº 13.535, de 15 de dezembro de 2017 – Altera o art. 25 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para garantir às pessoas idosas a oferta de cursos e programas de extensão pelas instituições de educação superior.

Lei Federal nº 14.423, de 22 de julho de 2022 – Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para substituir, em toda a Lei, as expressões “idoso” e “idosos” pelas expressões “pessoa idosa” e “pessoas idosas”, respectivamente.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Lei Federal nº 14.601, de 19 de junho de 2023 – Institui o Programa Bolsa Família; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento, e a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e 14.342, de 18 de maio de 2022, e a Medida Provisória nº 1.155, de 1º de janeiro de 2023.

Lei Estadual nº 12.548, de 27 de fevereiro de 2007 – Consolida a legislação relativa ao idoso.

Lei Estadual nº 14.874, de 1º de outubro de 2012 – Altera a Lei nº 12.548, de 27 de fevereiro de 2007, que consolida a legislação relativa à pessoa idosa.

Lei Estadual nº 18.368, de 15 de dezembro de 2025 – Dispõe sobre a execução e a organização da Política de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social no Estado de São Paulo, revoga a Lei nº 9.177, de 18 de outubro de 1995, e a Lei nº 13.242, de 8 de dezembro de 2008, e dá providências correlatas.

Lei Municipal nº 11.242, de 24 de setembro de 1992 – Dispõe sobre o Grande Conselho Municipal do Idoso e dá outras providências.

Lei Municipal nº 12.270, de 19 de dezembro de 1996 – Cria o Abrigo para Idosos do Município de São Paulo e dá outras providências.

Lei Municipal nº 12.524, de 1º de dezembro de 1997 – Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal e o Fundo Municipal de Assistência Social.

Lei Municipal nº 13.153, de 22 de junho de 2001 – Dispõe sobre a política pública de atenções de assistência social, sem fins lucrativos, operada através de convênios no âmbito do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 13.642, de 8 de setembro de 2003 – Dispõe sobre notificação dos casos de violência contra o idoso e dá outras providências.

Lei Municipal nº 13.834, de 27 de maio de 2004 – Institui a Política Municipal do Idoso e dá outras providências.

Lei Municipal nº 14.727, de 15 de maio de 2008 – Institui, no âmbito do Município de São Paulo, o Programa “Movimentando a Terceira Idade” e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Lei Municipal nº 14.905, de 6 de fevereiro de 2009 – Cria o Programa de Envelhecimento Ativo e dá outras providências.

Lei Municipal nº 15.679, de 21 de dezembro de 2012 – Cria o Fundo Municipal do Idoso – FMID e dá outras providências.

Lei Municipal nº 15.738, de 9 de maio de 2013 – Dispõe sobre a democratização e participação ativa dos idosos em colaboração ao Grande Conselho Municipal do Idoso e dá outras providências.

Lei Municipal nº 15.809, de 14 de junho de 2013 – Institui o Programa Social Centro Dia do Idoso, no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 16.061, de 13 de agosto de 2014 – Institui o Programa Cuidador de Idosos no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.

Lei Municipal nº 16.831, de 6 de fevereiro de 2018 – Dispõe sobre o acesso a informações acerca dos programas sociais, políticas públicas ou equipamentos públicos destinados a idosos mantidos pelo Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 17.271, de 14 de janeiro de 2020 – Dispõe sobre a instituição do Programa Ativa Idade, destinado a promover a reinserção de idosos no mercado de trabalho.

Lei Municipal nº 17.452, de 9 de setembro de 2020 – Dispõe sobre o Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa.

Lei Municipal nº 17.629, de 20 de agosto de 2021 – Dispõe sobre a instituição do Programa Prática Esportiva para Idosos e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.691, de 19 de outubro de 2021 – Dispõe sobre a instalação de câmeras de monitoramento em Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI, no âmbito do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 17.898, de 11 de janeiro de 2023 – Dispõe sobre o Serviço de Recebimento de Denúncias de Violações de Direitos dos Idosos em âmbito municipal e dá outras providências.

Lei Municipal nº 18.193, de 11 de dezembro de 2024 – Autoriza a instituição do Programa Educação Aberta para a Terceira Idade.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Lei Municipal nº 18.381, de 7 de janeiro de 2026 – Autoriza a implantação do Programa Municipal de Alfabetização de Comunicação Digital da Pessoa Idosa do Município de São Paulo e dá outras providências.

Lei Municipal nº 18.385, de 7 de janeiro de 2026 – Dispõe sobre o Programa dos Cuidadores Públicos, destinado à capacitação e remuneração, pelo Poder Público, de pessoas residentes nas áreas periféricas da Capital para cuidar de pessoas idosas também residentes na periferia.

Lei Municipal nº 18.406, de 15 de janeiro de 2026 – Altera a Lei nº 13.545, de 31 de março de 2003, para estabelecer novos critérios para o cálculo dos valores do auxílio pecuniário e substituir a nomenclatura “Programa Família Guardiã” por “Serviço Família Acolhedora”.

Projeto de Lei nº 435/2026 – “Dispõe sobre as condições de regularização de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) já instaladas em Zonas Exclusivamente Residenciais (ZER) no Município de São Paulo, estabelece regime de transição e dá outras providências.”

Projeto de Lei nº 548/2026 – “Dispõe sobre a inclusão de profissionais gerontólogos nos serviços de atendimento às pessoas idosas no Município de São Paulo e dá outras providências.”

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 01 de setembro de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068